



O Espelho

Jornal dos Funcionários do Banco do Brasil | Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro | abril 2025

ATAQUES À PREVI PARTEM DOS QUE QUEREM PÔR AS MÃOS NO PATRIMÔNIO DOS ASSOCIADOS

A PREVI EXISTE HÁ MAIS DE 120 ANOS E DESDE A SUA CRIAÇÃO TEM SIDO EXEMPLO COMO ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR

Mesmo sendo uma entidade privada, como todos os demais fundos de pensão, a Previ tem sido atacada como se fosse uma empresa pública. Um truque utilizado por aqueles que desejam se apropriar de seu patrimônio. Os que atacam a Previ se escondem nas ações do TCU para fazer seus golpes. São os mesmos que desejam há anos alterar a rota e o curso seguro da Previ.

Ao final, o que se constata em situações como as que acontecem no momento, é que tais ataques resultam de desejos frustrados de negócios não republicanos de grupos econômicos e até mesmo de autoridades que se apresentam como paladinos da defesa dos interesses da Previ. São acusadores que não tiveram sucesso em investidas para benefício próprio e prejuízo para a Previ. Portanto, é preciso ter cuidado, pois o que o TCU faz nesses dias nada mais é do que atender a interesses escondidos por trás de falso manto de defesa da entidade.

Os ataques à Previ, liderados por alguns veículos de comunicação, têm por base informações distorcidas sobre negócios, tomadas de decisão, regras estatutárias e mecanismos de sustentação financeira do fundo e decisões de negócios. Eles revelam ainda desejos de agentes do



mercado que acham ser possível fazer negócios sem razoabilidade e o desejo de interferir na governança da entidade.

A Previ é um exemplo para o sistema de previdência privada no país. A sua administração garante equilíbrio e fiscalização dos participantes de forma permanente e presente. É esse modelo que está sob ataque, exatamente por ser uma estrutura que evita desvios e garante que o patrimônio dos associados seja tratado com seriedade. Não é à toa que a Previ paga anualmente mais de R\$ 15 bilhões de benefícios. Sem nunca ter acontecido em toda sua existência qualquer plano de adequação para reequilibrar seu patrimônio.

O olhar de cada participante precisa estar atento nas intenções do mercado financeiro, que deseja controlar os mais de R\$ 270 bilhões pertencentes aos mais de 200 mil associados da Previ, há 120 anos administrados com retidão e competência. Esse dinheiro vai garantir o pagamento dos benefícios dos nossos aposentados do Plano 1 por mais 70 anos. É sobre isso que se discute nesse momento. É sobre a tentativa de espertos que desejam se apropriar a qualquer custo de patrimônio que não é deles, mas dos funcionários do Banco do Brasil.



RELATÓRIO DO TCU

VOTO DO MINISTRO CONTRADIZ PARECER TÉCNICO DO TCU E É UM CLARO ATENTADO CONTRA A PREVI

É PRECISO LER O RELATÓRIO DO TCU PARA CONCLUIR QUE O TRIBUNAL TEM DOIS LADOS BEM DEMARCADOS: O TÉCNICO E O POLÍTICO

O Relatório Técnico que veio a público através da imprensa atesta que a Previ seguiu todos os procedimentos regulamentares tanto na indicação dos seus dirigentes quanto na gestão dos seus recursos e apuração dos seus resultados. Ou seja, aquilo que a Previ vem divulgando aos seus associados, informando que vem respeitando integralmente a governança e os objetivos de longo prazo do fundo, foi corroborado pelos técnicos do TCU, que receberam todos os documentos e todas as informações da entidade. Confira nos trechos marcados do Relatório Técnico do TCU.

No entanto, o voto do ministro relator do processo, Walton Alencar Rodrigues, se descola das questões técnicas e, à revelia de qualquer embasamento, propõe medidas e novas investidas contra a Previ, com afirmações e convicções totalmente pessoais e dirigidas especialmente contra a participação dos associados na gestão da entidade.

Sem qualquer fundamento no relatório técnico, o ministro fala em “gestão ruinosa”, questiona “viagens realizadas pelo Presidente da Previ”, julga de maneira leviana a competência das pessoas indicadas para os conselhos das empresas e dispara contra as “regras” dos fundos de pensão. **O irônico é que o ministro relator está sendo acusado de ter passado 124 dias no exterior em 2024, custeados pelo TCU, com gastos superiores a R\$ 1 milhão (incluindo diárias e passagens).**

O ministro coloca suas convicções pessoais acima de qualquer avaliação e afirma que “o ideal” seria que os dirigentes fossem escolhidos por agências de “Head Hunters”, como as empresas de mercado.

Ou seja, em última instância, sem competência para isso, o que o ministro quer é uma situação de escândalo, para trazer de volta a agenda de entrega da gestão dos recursos da Previ ao chamado “mercado”.

Não é à toa que ao final do seu voto, sem qualquer razão para isso, manda dar conhecimento à Polícia Federal, ao Ministério Público, à Controladoria da União e ao Congresso Nacional. Qual processo de audi-

toria justifica “escandalizar” a situação antes de apurar os fatos? O problema é esse: aqui, os fatos não interessam. Interessa forjar o escândalo e mobilizar forças políticas contra a Previ.

CONCLUSÃO

90. Verificou-se a estratégia agressiva da Previ em alocar a maior parte do patrimônio do Plano 1 em ativos de renda variável no período de 2015 a 2020. Verificou-se que essa abordagem foi suavizada a partir do ano de 2021 quando a carteira de renda fixa passou a representar a maior alocação dos recursos do Plano 1.

91. Constatou-se que, em novembro de 2024, apesar da realocação dos recursos de renda variável em renda fixa, a carteira do Plano 1 possuía 28,53% dos recursos aplicados em renda variável, 62,74% em renda fixa e os demais 8,73% dos recursos estavam aplicados em imóveis próprios, empréstimos e financiamentos imobiliários para os participantes do Plano 1.

92. Observou-se também que esta posição em novembro de 2024 é aderente à Política de Investimentos planejada pela Previ como demonstra a Figura 1.

100. A grande variação de rentabilidade de 2023 para o ano de 2024 tem por provável causa a atual conjuntura socioeconômica que o país atravessa, na qual os ativos de renda variável e de renda fixa estão se desvalorizando pelo aumento das taxas de juros e incertezas econômicas. Resta esclarecer se as decisões de investimento da Previ se basearam em critérios técnicos e bem fundamentados e se a variação do patrimônio pode ser atribuída unicamente a condições de mercado.

PROPOSTA DE ENCAMINHAMENTO

101. Ante o exposto, submetem-se os autos à consideração superior, propondo:

a) dar conhecimento ao relator acerca dos insumos iniciais coletados neste levantamento;

b) autuar processo apartado de representação desta unidade técnica para avaliar as aquisições de renda variável em 2024 por parte da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), com fundamento no art. 237, VI, do Regimento Interno do TCU;

c) restituir os presentes autos a esta unidade técnica, a fim de dar prosseguimento à realização do levantamento.

LONGE DE PROTEGER NOSSO PATRIMÔNIO, TCU O AMEAÇA

Essas medidas e posturas, ao contrário de proteger a Previ, cria uma situação de pressão e constrangimento, dispersão de esforços e paralisação de iniciativas que é altamente prejudicial à entidade e à gestão dos recursos.

E, em última instância, visa desmontar a governança baseada na participação dos associados, que tem sido a principal razão do sucesso e da resiliência da Previ ao longo dos anos.

A quem interessa essa deses-

tabilização da gestão da Previ? Um dos grupos políticos que tem disputado as eleições e já defendeu publicamente a “privatização” da Previ já veio a público para informar que está por trás dessas iniciativas. Além disso, os setores de oposição ao governo usam o fato para tentar criar novos factóides, como vêm fazendo ao longo do tempo. E por último o mercado, sempre interessado em abocanhar a gestão desses recursos.

UNIR FORÇAS EM DEFESA DA PREVI E DOS ASSOCIADOS

Por isso, a Contraf-CUT, as federações e os sindicatos dos trabalhadores do ramo financeiro, além de diversas outras entidades representativas do funcionalismo do Banco do Brasil, denunciam essas iniciativas do TCU. Denunciam não porque temem a análise dos fatos, mas porque sabem que os fatos aqui vão pouco interessar, e o processo apenas visa pressionar e criar ambiente de estresse e de desmonte da governança da Previ.

À esquerda estão trechos do relatório dos técnicos do TCU. Abaixo, trechos do voto político do ministro Walton Alencar, que não apenas ignora mas vai no sentido contrário do relatório técnico.

Mesmo em caráter estritamente preliminar, o relatório de fiscalização do TCU já foi capaz de identificar sérios riscos, inerentes à gestão de recursos pela Previ, os quais demandam que este processo de levantamento seja convertido em auditoria plena, realizada nos moldes do artigo 239 do Regimento Interno do TCU, onde a análise será devidamente aprofundada.

Ainda em relação à Vale, há instrumentos de derivativos que teriam permitido certa proteção do capital na renda variável contra quedas acentuadas dos preços das ações, devidas ao desabamento do preço do minério de ferro. Este instrumental não foi devidamente utilizado pelos gestores da Previ.

Além disso, deve ser avaliada a correção ética e legal da ocupação, pelo atual presidente da Previ, desde 2023, de assento no Conselho de Administração da empresa. Deve ser averiguado se a manutenção do significativo valor investido pela Previ, de mais de R\$ 20 bilhões, tem também por objeto proporcionar ao sr. Fukunaga assento no conselho e a extraordinária remuneração de mais de R\$ 2 milhões de reais por ano, condição milionária que poderia ser perdida com a redução da participação da Previ na Vale. Cumpre saber se a remuneração bem superior a R\$ 160 mil por mês poderia objetivamente colocar em risco a imparcialidade do conselheiro da Vale e presidente da Previ, em relação aos interesses da empresa que preside e vice-versa.

Diante dos elementos aqui expostos, determino à AudBancos que converta o presente processo de levantamento em auditoria, a ser realizada, com a menor brevidade possível, nos moldes do art. 239 do Regimento Interno do TCU, sob a minha relatoria, conforme decidido pelo Plenário no Acórdão 1.651/2024-TCU-Plenário, a fim de verificar todos os indícios de irregularidades enumerados neste voto e outros eventualmente identificados.

Determino, também, a extração de cópias para encaminhamento à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal, à Controladoria-Geral da União e ao Congresso Nacional e suas comissões, para conhecimento e acompanhamento.

A PREVI EM SÍNTESE

- 1 - Paga o maior volume e a maior média de benefícios do sistema de previdência complementar.
- 2 - Nunca atrasou nenhum pagamento.
- 3 - Os benefícios têm correção todo ano.
- 4 - Nunca teve que fazer plano de equacionamento e cobrar contribuições extras.
- 5 - Pelo contrário, reduziu contribuições permanentemente, suspendeu contribuições quando pôde e distribuiu superávit com benefícios extras no Plano 1.
- 6 - Tem rentabilidade de longo prazo superior a todos os seus pares.
- 7 - Tem a melhor relação entre valor de contribuições e valor de benefícios.

EM RELAÇÃO À GOVERNANÇA E CONTROLES

- 1 - Tem participação direta dos associados, que elegem diretores e conselheiros em número igual ao patrocinador.
- 2 - Tem corpo técnico que também é associado dos planos.
- 3 - Tem regras internas complementares às regras do sistema, com divisão de responsabilidades e controles, previsão de políticas e diretrizes a serem aprovadas em instâncias superiores.
- 4 - Tem órgãos de controle complementares, com participação dos associados: auditoria interna, comitê de auditoria com representação independente, conselho fiscal, conselhos consultivos e prestação de contas aos associados.
- 5 - Está sujeita à auditoria da Previc e da auditoria do Banco do Brasil como patrocinador.
- 6 - Adota elevado grau de transparência na divulgação dos seus resultados e das suas políticas.
- 7 - Já teve a qualidade de gestão reconhecida em diversas instâncias.

QUANTO AOS RESULTADOS

- 1 - A previ paga R\$ 15 bilhões de benefícios todo ano.
- 2 - A rentabilidade da Previ nos últimos dez anos foi de 184,3% versus atuarial de 174,3%.
- 3 - O superávit acumulado permitiu à Previ distribuir mais de R\$ 45 bilhões aos participantes entre 2011 e 2013.
- 4 - Desde 2007 a Previ a reduziu a contribuição de 8% para 4,8%.
- 5 - O plano Previ Futuro rendeu 167,1% versus 161,0% (média de 300 fundos do setor privado) nos últimos dez anos.

VALE A PENA SABER O QUE ESTÁ POR TRÁS DOS ATAQUES À PREVI

Muitas informações desse texto são de amplo conhecimento e podem ser encontradas no Google. Outras foram obtidas com a ajuda de aplicativos de Inteligência Artificial, como o DeepSeek. São, portanto, verificáveis por qualquer um.

Desde o início de fevereiro, a CNN Brasil publicou 52 matérias com ataques à Previ. O bombardeio coincide com a ofensiva do TCU (Tribunal de Contas da União) contra o fundo de pensão dos trabalhadores do Banco do Brasil, cujo capítulo mais recente foi o voto político do ministro Walton Alencar contrariando o relatório dos técnicos do TCU.

Também por coincidência, o presidente executivo do conselho da CNN Brasil, João Camargo (ele também é presidente do conselho da Esfera Brasil e sócio do grupo 89 Investimentos), é sogro do ministro do TCU Bruno Dantas. O mesmo Bruno Dantas que fez recentemente uma grande articulação com empresários, gente do mercado e políticos para ser indicado presidente da Vale. Mas sequer seu nome foi considerado pelo Conselho de Administração.

Antes disso, em julho do ano passado (a data é informação do portal Metrôpoles), o Banco do Brasil havia decidido não renovar um contrato de publicidade com a CNN Brasil. Valendo-se de seus contatos políticos e empresariais, João Camargo pressionou o BB para fazer a

*É uma
articulação
política que
visa atacar e
enfraquecer
a Previ para
se apossar do
patrimônio dos
associados*

renovação, mas não obteve êxito. Os valores e as razões da decisão do BB são ainda desconhecidos.

Walton Alencar está no TCU desde 1994, foi um dos formuladores da tese da “pedalada fiscal” e um dos 7 ministros do TCU que votou pela rejeição das contas de Dilma Rousseff, “fundamento” que levou ao golpe contra a presidente eleita no ano seguinte.

Sua atuação política fica evidente no voto que proferiu sobre a Previ, ignorando o relatório técnico do TCU. Walton questiona “viagens realizadas pelo Presidente da Previ”, mas ele próprio ficou 124 dias fora do Brasil em 2024, custando para os cofres do TCU R\$ 513 mil em diá-

rias e R\$ 500 mil em passagens. Para uma missão de 3 dias, permaneceu 9 dias nas Ilhas Maldivas.

REPETINDO A LAVA JATO

Repetindo o “modus operandi” da Lava Jato, o ministro impõe suas convicções pessoais acima do relatório técnico, ataca a governança da Previ e assume a posição do mercado financeiro ao afirmar que “o ideal” seria que os dirigentes fossem escolhidos por agências de “Head Hunters”, em vez de eleitos pelos associados. Ou seja, no seu voto ele explicita para quem presta serviço nesse momento.

O ministro Walton deixa claro ainda que baseou seu voto em documentos que recebeu de uma entidade que se autodenomina Apaprevi, que faz oposição à atual diretoria da Previ mas não se sabe se existe de verdade e possui personalidade jurídica. Outra vez demonstra como age ao utilizar documentos sem qualquer validade jurídica para tomar uma decisão que pode causar prejuízo para os mais de 200 mil associados da Previ.

Como se vê, o que acontece é uma articulação política que visa atacar e enfraquecer não apenas a Previ, mas também o BB como banco público e o próprio governo que derrotou o candidato da direita raivosa, a mesma que tentou um golpe de Estado.

EXPEDIENTE



O Espelho



O Espelho Nacional é uma publicação da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Ramo Financeiro (Contraf-CUT) e da Comissão de Empresa dos Funcionários do Banco do Brasil.